

~~O Plano Nacional de Educação~~

Thiago Peixoto
Secretário da Educação de
Goiás

Até que ponto foram cumpridas as metas do PNE I e porque muitas delas não lograram o êxito esperado?

- os equívocos da edição passada podem se constituir em importantes referenciais para que a nova edição do PNE ganhe em consistência e em exeqüibilidade;
- a maioria dos Municípios e Estados não conseguiu implementar uma legislação que garantisse os recursos necessários para o cumprimento das metas previstas no 1º PNE;
- não houve uma ajuda ou um esforço mais consistente nesse sentido por parte da União, haja vista que o artigo que recomendava investimentos da ordem de 7% do PIB em Educação foi vetado.

Algumas metas do PNE I:

- **Meta: Atender 50% das crianças de até 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos** (atingida no que se refere à pré-escola mas muito longe de ser alcançada no que toca à creche): Enquanto na pré-escola falta muito pouco para atingir a meta proposta, na creche menos de 20 % das crianças são atendidas, uma vez que o custo de uma criança na creche custa mais do que o dobro do que um aluno no Ensino Fundamental;
- **Meta: Universalizar o Ensino Fundamental** (relativamente alcançada): o cumprimento integral da meta demandaria um maior investimento em ações de transporte escolar, alimentação e apoio às famílias;
- **Meta: Assegurar a EJA para 50% da população que não cursou o ensino regular** (ainda distante do esperado): a inclusão da EJA no FUNDEB trouxe uma fonte adicional de recursos para a ampliação da oferta, mas não houve medidas efetivas para reverter a elevada evasão.

Fatores de insucesso do PNE I:

- A quantidade muito extensa de metas (295) foi um dos fatores negativos, pois acabou por diluir as demandas e tirar o foco do que era mais essencial;
- O diagnóstico utilizado acerca da realidade educacional brasileira era prolixo e impreciso;
- Muitas metas não eram mensuráveis, o que dificultou o acompanhamento e a avaliação dos resultados;
- Faltou normatização (regras claras), que dessem um caráter mais vinculativo às metas, com previsão de sanções para os entes que deixassem de cumpri-las;
- E (o principal fator de insucesso) faltou um mecanismo mais efetivo de financiamento que previsse um nível de investimentos mais condizente com as metas que se pretendia atingir, haja vista o veto da proposta que visava aumentar a parcela do PIB investida em Educação de 4% para 7%. Assim, sem prever o montante adequado e a origem do dinheiro, o 1º PNE, em muitas das metas propostas, acabou por virar *“letra morta”*.

Breves considerações sobre o PNE II

- alguns dos erros que foram determinantes para o relativo insucesso do 1º PNE infelizmente não foram adequadamente corrigidos na sua 2ª versão;
- também houve pontos de avanço no PNE II em relação à versão passada, notadamente no que toca à sua formatação bem mais sucinta (a versão atual tem 20 metas), além do que, a maioria dessas metas é quantificável estatisticamente.

Impropriedades do PNE II

- Falta de orçamento para cumprimento das metas;
- Necessidade de levantamento dos custos de cada meta;
- Necessidade do estabelecimento de metas intermediárias;
- Falta de definição da matriz de responsabilidades;
- As metas têm foco muito quantitativo (falta mais empenho qualitativo);
- Ausência de um diagnóstico no próprio PNE II;
- Várias das chamadas “estratégias” são, na realidade, metas, que também deveriam estar adequadamente quantificadas.

Avaliação técnica de algumas metas do PNE II

- Meta 6: **Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica:** falta estimativa de custos e também uma definição de uma divisão das responsabilidades que cabem a cada ente federado;
- Meta 15: **Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam:** imprescindível e factível, desde que o “regime de colaboração” entre os entes não seja apenas uma frase de impacto para adornar o texto;
- Meta 17: **Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente:** a meta prescinde de indicadores definidos e quantificáveis, pois a expressão “*aproximar o rendimento*” foi aqui colocada de forma vaga e imprecisa. Como aferir o cumprimento da meta?

Visão do CONSED

- o CONSED apoia qualquer iniciativa oficial cujo foco seja melhorar os índices educacionais do país, colocando-os em um patamar de qualidade que não seja apenas “aceitável”, mas que seja suficientemente apto a levar o Brasil ao lugar de destaque que merecem galgar em escala mundial;
- o nosso apoio institucional ao PNE II não significa alinhamento integral e acrítico, pois, até para que o Plano possa de fato atingir aos objetivos a que se propõe, há correções que se impõem como necessárias (tais como as aqui já apontadas), sem as quais o CONSED alerta que o PNE II pode não vir a atingir os resultados desejados, tornando-se apenas um belo texto a enfeitar prateleiras com sonhos nunca concretizados (a exemplo do que, em grande parte, já ocorreu com o PNE 2001-2010);
- é sabido que, para o atingimento das metas e patamares prescritos no novo PNE, precisam ser adicionados ao orçamento da educação **84 bilhões de reais**.